STJ00118707

## **HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**

## DANO MORAL

9ª edição revista, atualizada e reformulada





- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 24.08.2023
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa Copyright © 2024 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar Rio de Janeiro – RJ – 20040-040 www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE. SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355d

Theodoro Júnior, Humberto

Dano moral / Humberto Theodoro Júnior. - 9. ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2024.

Inclui bibliografia ISBN 978-65-5964-888-7

 Direito civil – Brasil. 2. Responsabilidade civil (Direito) – Brasil. 3. Danos morais – Brasil. I. Título.

23-85810 CDU: 347.5(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

## **SUMÁRIO**

Cap	ítulo	I - DANO MORAL	1
1.	Configuração do dano moral no plano do ato ilícito		
2.	A evolução da responsabilidade civil pelo dano moral		
3.	A cumulação do dano material e o dano moral		
4.	. Dano moral e gravidade da lesão psicológica		
	4.1.	A posição da jurisprudência	9
5.	Dano moral e lesão à estética da pessoa		11
	5.1. Dano moral e dano estético		12
	5.2.	A cumulação do dano estético com o dano moral na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	14
6.	Dano moral coletivo		
7.	Titularidade da pretensão indenizatória por dano moral		
	7.1.	Legitimidade de pessoa jurídica	23
		7.1.1. Legitimidade do condomínio	27
	7.2.	Legitimidade do nascituro	29
		7.2.1. Legitimidade de criança de tenra idade	30
	7.3.	Legitimação passiva em caso de dano moral praticado por meio da imprensa	31
8.	A legitimidade passiva		33
9.	Um problema de competência		
10.	A estimativa do dano moral da petição inicial		
	10.1.	O valor da causa na ação indenizatória de dano moral	38
	10.2.	Pedido determinado e sucumbência recíproca	39
11.	Prova	do dano moral	41
	11.1.	Exemplos de dano moral que dispensam prova	47
	11.2.	Concorrência de culpas	49
	11.3.	Responsabilidade pelo dano moral sem culpa do agente	50
12.	O pro	oblema da liquidação do dano moral	54

	12.1. Juros e correção monetária
	12.2. A reparação do dano moral e a prescrição
	12.3. A reparação do dano moral e o imposto de renda
13.	O caráter "punitivo" da indenização imposta ao causador do dano moral
14.	O arbitramento da indenização do dano moral é ato exclusivo e indelegável do juiz
15.	Os critérios a observar no arbitramento judicial do dano moral: um julgamento de prudência e equidade
16.	Síntese
17.	O dano moral e o recurso especial
	17.1. O dano moral e seu controle pelo STJ
	17.2. Outras contribuições da jurisprudência do STJ. Arbitrament● do dano moral com base no salário mínimo
18.	Dano moral. Prescrição
	18.1. Dano moral nas relações trabalhistas
19.	Conclusões
Caj	pítulo II – NOVOS RUMOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL
1.	Introdução
2.	Tendência à objetivação da responsabilidade civil
3.	Abuso de direito e responsabilidade civil
4.	O enriquecimento sem causa
5.	Perda de uma chance
6.	Dano existencial ou dano ao projeto de vida
7.	Elementos que identificam a reparação cabível no caso de responsabilidade civil
-	pítulo III - INDENIZAÇÃO DO DANO MORAL COM CARÁTER PUNI-
1.	Introito
2.	A evolução do direito em matéria de responsabilidade civil delitual
3.	A completa separação entre a sanção penal e a sanção civil
4.	Princípio da legalidade das penas
5.	Dano moral
6.	A tese dos que defendem o caráter de pena civil para o ressarcimento do dano moral
	6.1. O enriquecimento sem causa como limite à reparação do dano moral

	6.2.	Dano	moral e dano social	104	
	6.3.		ização punitiva de dano moral reprimido pelo Código do Consumi- esponsabilidade objetiva)	104	
7.	Conc	lusões.		106	
Caj	pítulo	IV – A	PLICAÇÃO DO DANO MORAL	111	
1.	Dano moral e direito civil				
	1.1.	Dano	moral e abuso de direito	111	
		1.1.1.	Protesto indevido	112	
		1.1.2.	Inscrição em cadastro de inadimplentes	113	
		1.1.3.	Cadastro positivo dos tomadores de crédito	116	
		1.1.4.	Imputação de crime para abertura de inquérito policial	119	
		1.1.5.	Prevenção e tratamento do superendividamento do consumidor	120	
	1.2.	Cláusula de exclusão de responsabilidade civil			
	1.3.	Direit	o à imagem	123	
		1.3.1.	Utilização indevida da imagem de terceiros para fins comerciais ou econômicos	124	
		1.3.2.	Utilização de imagem sem autorização para outros fins	125	
		1.3.3.	Dano moral e lei de imprensa	127	
		1.3.4.	A posição atual da jurisprudência em matéria de ofensa moral praticada pela imprensa	129	
		1.3.5.	Dano moral e internet	133	
		1.3.6.	Direito ao esquecimento	139	
	1.4.	Dano	moral e racismo	142	
	1.5.	Dano	moral e abuso de confiança	144	
2.	Dano moral e direito de família				
	2.1.	Dano moral na ruptura do casamento ou da união estável 14			
	2.2.		nização ao grupo familiar no caso de dano derivado de morte da	148	
		2.2.1.	Proteção dos direitos da personalidade do falecido	153	
	2.3.	Dano	moral e morte de menor	154	
	2.4.	Dano moral derivado de perícia sobre paternidade			
	2.5.	Dano moral por abandono material e afetivo			
	2.6.	. Dano moral por violência doméstica			
3.	Dano	Dano moral e direito médico			
	3 1	Acão	indenizatória por erro médico	159	

		3.1.1. Introito
		3.1.2. A natureza da responsabilidade civil do médico
		3.1.3. Contratos de meio e contratos de resultado
		3.1.4. Natureza do contrato médico
		3.1.5. A ação indenizatória e o ônus da prova
		3.1.6. A prova da culpa médica
		3.1.7. Culpa e presunção
		3.1.8. Culpa isolada e culpa concorrente
		3.1.9. ● dano e sua prova
		3.1.10. Relação de causalidade
		3.1.11. Algumas situações especiais
		3.1.12. Irresponsabilidade do hospital por dano moral
	3.2.	Plano de saúde. Recusa de cobertura
	3.3.	Suicídio em hospital
	3.4.	Dano moral ocorrido em partos
		I Demora na assistência médico-hospitalar à parturiente
		II Utilização de fórceps causando dano ao bebê
		III – Dano moral por violência obstétrica
	3.5.	Dano moral na cirurgia estética
ŀ.	Dano	o moral e direito do consumidor
	4.1.	Não indenizabilidade de aborrecimentos de pequena monta
		4.1.1. Dano por frustração contratual e produto danificado
	4.2.	Dano moral em serviços de turismo
		I – Responsabilidade dos agentes dos negócios de turismo
		II – Regras do CDC x Tratados e Convenções Internacionais
		III Defeitos na prestação de serviço aéreo
		IV – Overbooking
	4.3.	Dano moral por inscrição em cadastro de inadimplência
		4.3.1. Devedor inscrito irregularmente, mas que não nega a dívida, nem se propõe a pagá-la
	4.4.	Dano moral e pedido de desculpas pela falha na prestação do serviço
	4.5.	Dano moral e tabagismo
	4.6.	Poluição ambiental. Consumidor por equiparação
	Dano	o moral e direito empresarial
	5 1	Títulos do crádito o deno moral

	5.2.	Protesto de títulos	211	
	5.3.	Dano moral e cheque pré ou pós-datado	214	
	5.4.	Serviços bancários	215	
		I Tarifa de manutenção de conta inativa	215	
		II Saque frustrado em terminal de autoatendimento	215	
		III Saque indevido de numerário	216	
		1V Tempo de atendimento presencial em agências bancárias	216	
	5.5.	Operações de bancos e cartões de crédito	217	
		5.5.1. Cartão de crédito. Cobrança indevida	218	
		5.5.2. Cartão de crédito. Lançamento indevido de assinatura de revista	219	
	5.6.	Seguro de danos materiais e morais	219	
6.	Danc	moral e processo civil	220	
	6.1.	O advogado e o dano moral praticado contra o juiz no processo	220	
	6.2.	Danos morais e despesas com advogado	221	
	6.3.	Dano moral e violação ao segredo de justiça	222	
7.	Danc	moral e direito penal	222	
	7.1.	Absolvição após cumprimento de prisão em flagrante	222	
	<i>7.2</i> .	Erro judiciário	223	
	7.3.	Dano moral por denunciação caluniosa	224	
8.	Danc	moral e direito administrativo	226	
	8.1.	Dano moral e a responsabilidade do estado por omissão	226	
9.	Dano moral e direito do trabalho			
	9.1.	Dano moral em acidente do trabalho	229	
	9.2.	Assédio moral no ambiente de trabalho	231	
Ca	pítulo	V – JURISPRUDÊNCIA	237	
1.	Cum	ulação de dano moral e material	237	
2.	Danc	no moral e dano estético		
3.	Morte. Dano moral. Legitimidade de irmãos. Interesse de menor. Ministério Pú-		245	
4.	Impr	prensa. Exploração de imagem		
5.	Impr	orensa. Dano moral. Charge29		
6.	Danc	moral. Imprensa. Fatos inverídicos veiculados. Responsabilidade	257	
7.	D <b>e</b> cla	Declarações veiculadas pela imprensa. Imputação de crime		
8.	Nasc	ituro. Dano moral	263	

## STJ00118707

IV I	L DANO MORAL	Humberto Theodoro Júnio

9.	Dano moral. Caráter punitivo da reparação	267
10.	Acidente do trabalho. Dano moral. Culpa do empregador inocorrente	271
11.	Acidente do trabalho. Culpa do empregador demonstrada	274
12.	Acidente do trabalho. Morte. Concorrência de culpas. Dano moral. Legitimação	285
13.	Protesto cambiário. Dano moral. Arbitramento	289
14.	Dano moral. Alarme em estabelecimento comercial. Culpa inexistente	299
15.	Prescrição. Cancelamento do registro do cadastro de inadimplentes	309
16.	Danos morais por denunciação caluniosa. Crime inexistente	310
17.	Dano moral. Inquérito policial equivocadamente iniciado em nome de outra pessoa	315
18.	Dano por fato do produto. CDC, art. 27. Prescrição	319
19.	Dano ao consumidor. Vício aparente. Prazo decadencial	323
20.	Dano ao consumidor. Explosão de celular	331
21.	Dano moral. Descumprimento de contrato	333
22.	Dano moral. Utilização de imagem de menor	338
23.	Dano moral. Castração de animal sem observância das normas sanitárias	345
24.	Dano moral. Indenização por obra divulgada sem autorização do autor	349
25.	Dano moral. Pedido de quebra abusivo	355
26.	Dano moral. Batizado do filho pelo pai sem o conhecimento da mãe	362
RIE	RLIOGRAFIA	360